

A Revitalização do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi: em busca de uma nova relação com o público

Nelson Sanjad*

No final do século XIX, os moradores de Belém reagiram com grande curiosidade ao horto botânico e ao jardim zoológico construídos pelo governo do Estado do Pará na periferia da cidade. O zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917), contratado em 1894 para reformar o Museu Paraense de História Natural e Etnografia, concebeu e comandou pessoalmente esse mundo de ciência e civilização, onde conviviam prédios com linhas neoclássicas, *art-nouveau* e autênticos chalés suíços; onde canteiros de palmeiras amazônicas dividiam espaço com jaulas e gaiolas de ferro fabricadas na França; onde tanques para peixes e plantas aquáticas lembravam a forma de famosos lagos europeus, como o Maggiore e o Cáspio; e onde exposições, monumentos, fontes e mirantes fantásticos distinguiam o ambiente de qualquer outro lugar existente na cidade (SANJAD, 2005; 2006).



Figura 1: Edifício principal do Museu Paraense, conhecido como Rocinha, em 1899. Fotógrafo não identificado. (Acervo MPEG)

Desde agosto de 1895, quando o novo parque do Museu Paraense foi inaugurado, os índices de visitação foram expressivos, confirmando as expectativas do diretor. Se comparados com os índices anteriores à construção do parque, quando o Museu Paraense

* Museu Paraense Emílio Goeldi/MCT

recebia, no máximo, cerca de 800 pessoas/mês, os números revelam o sucesso instantâneo da iniciativa de Goeldi (SANJAD, 2005, p. 153). Nos dias da semana em que o novo museu abria ao público, quintas-feiras e domingos, milhares de pessoas acorriam ao jardim zoológico para ver onças, jacarés e tamanduás, a uma distância bem próxima das mãos. A frequência crescente de público fez com que Goeldi concluísse ser “inegável que o povo amazônico possui pronunciado amor pelos animais vivos característicos da região e que não há classe social alguma que faça exceção desta regra” (GOELDI, 1897, p. 262). Eram, portanto, os animais vivos que atraíam os moradores da cidade, um público urbano que já tinha pouco contato com o mundo natural e que era formado, em grande parte, por imigrantes de outros estados e países atraídos pelo dinamismo da economia local, baseada na comercialização do látex.



Figura 2 - Visitantes no Parque Zoológico. Fotografia não identificada, ca. 1900. (Acervo MPEG)

Por exemplo, ainda em 1895, com apenas quatro meses de funcionamento, o novo Museu Paraense registrou mais de 40 mil visitantes. Em 1900, mais de 90 mil pessoas estiveram no lugar e, em 1907, mais de 120 mil, média que se manteve nos anos seguintes (SANJAD, 2005, p. 175). Esses números – que contrastam não apenas com os do Museu Paraense antes da reforma, como também com os de outros museus brasileiros da época, cujos índices sequer atingiam a metade dos registrados por Goeldi – foram mantidos ao longo do tempo em parte pela contínua renovação e diversificação do plantel, com animais e plantas trazidos do interior pelos coletores do museu e doados por diversos moradores. Goeldi fazia questão de anunciar as “raridades” do museu e a reprodução em cativeiro de diversas espécies. Pessoas amontoavam-se para ver filhotes de onças, garças e emas nidificando, o peixe pulmonado nadando (exaltado como o único exemplar vivo do mundo exposto em um museu). Outras ficavam até tarde da noite, com a anuência do diretor, aguardando o florescimento da vitória-régia.

O sucesso de público era devidamente explorado por Goeldi. Assim, em 1896 ele chamou a atenção para o fato de metade da população da capital (ca. 100 mil pessoas) ter visitado o museu. No ano seguinte, comparou os índices do Museu Paraense com os do Museu Nacional, afirmando que o primeiro “tem tanta frequência numa semana e com dois dias de exposição, como o referido estabelecimento congênere na Capital Federal num mês e com três dias de exposição”. Portanto, a única explicação plausível para os números que apresentava era que o “Museu Estadual criou raiz e adquiriu positiva simpatia por parte do povo” (GOELDI, 1900, p. 51).

Para uma instituição que tentava se consolidar na burocracia estadual, atrair e cativar a população da cidade era fundamental para a obtenção de recursos. Em 1900,

após alardear um novo recorde de público, quando 2.920 pessoas visitaram em um único dia a mostra de fotografias e desenhos que organizou durante os festejos do 4º centenário da descoberta do Brasil, Goeldi estipulou o orçamento do museu para o ano seguinte pronunciando-se como se estivesse num palanque: “Hoje podemos garantir que perante o foro de um plebiscito aqui no Pará, poderíamos augurar uma tremenda vaia para quem ousasse publicamente hostilizar a instituição (...)” (GOELDI, 1902, p. 274).

De fato, a “simpatia” do povo pelo Museu Paraense foi incessantemente estimulada por Goeldi. Além das atrações do parque e das exposições permanentes e temporárias, o diretor tinha o hábito de apresentar publicamente as descobertas realizadas pelos cientistas do museu, fossem urnas arqueológicas ou novas espécies animais. Com alguma regularidade até 1900, Goeldi organizava conferências públicas para a demonstração dos avanços na pesquisa ou de objetos e espécimes incorporados às coleções da instituição. Também fazia intensas campanhas públicas no “Boletim do Museu Paraense”, no “Diário Oficial do Estado” e nos jornais da capital e do interior, pedindo à população que doasse animais para o parque zoobotânico. Os pedidos eram atendidos por todos os estratos sociais e devidamente registrados nos relatórios da instituição. Fazendeiros, comerciantes, médicos, clérigos, militares, populares, enfim, uma multidão de colaboradores se dispôs a capturar e enviar com frequência animais para o parque, arcando, não raramente, com as despesas da remessa.

O costume criou raiz e exigiu a progressiva ampliação do parque, iniciada em 1897. Novos terrenos e casas foram sendo incorporados ao parque original, dando lugar a laboratórios, residências e, sobretudo, gaiolas, jaulas e tanques, conforme a estética adotada por Goeldi e seus sucessores. Em 1902, o parque já havia triplicado de tamanho, expansão que perdeu ritmo com as dificuldades econômicas da década de 1910, mas que esteve no horizonte dos administradores do Museu Paraense até a década de 1930, quando o último lote completou o atual polígono do parque, com 5,4 hectares, sem possibilidade de nova expansão. Nessa mesma década, a política de incentivo à doação de animais ganhou apoio oficial quando um decreto do interventor no governo paraense obrigou as prefeituras do interior a enviarem com regularidade animais para o Museu Paraense. No final da década, o parque abrigava cerca de 2.000 animais e era saudado em revistas especializadas como o principal zoológico do país.

Essa tradição de longa duração começou a mostrar sinais de falência na década de 1980, não por ter deixado de atuar positivamente, e sim porque o parque zoobotânico, localizado em uma área agora densamente urbanizada e povoada, começou a apresentar sérios problemas de manutenção e resiliência. O ambiente já se mostrava inadequado para muitos animais, não apenas pela antiguidade de seus viveiros, considerados impróprios pelas normas contemporâneas de construção de zoológicos, como também pela sensibilidade que muitos deles apresentaram à poluição sonora, atmosférica e à exibição pública massiva. Simultaneamente, a expansão do Museu Paraense na década anterior, que exigiu a construção de novos prédios no interior do parque, aliada à construção de edifícios de moradia no seu entorno, impactou negativamente a vegetação, seja pela obstrução da luz solar, pela



Figura 2 - Visitantes defronte do Castelinho, em 1902. Fotografia não identificada. (Acervo MPEG)

concentração de calor e umidade ou pela canalização dos ventos, que ganharam força a ponto de derrubar árvores. Nesse cenário, a visitação de dezenas de milhares de pessoas anualmente, durante décadas, já havia alterado irremediavelmente as condições físicas e químicas do solo, empobrecido e compactado, provocando o fenômeno da lixiviação e a dificuldade para o enraizamento de vegetais.

As perspectivas não eram piores porque houve a imediata reação do governo, da sociedade civil e do próprio Museu Paraense diante dos problemas que o parque já sinalizava. Ainda no final da década de 1970, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que então administrava a instituição, adquiriu uma grande área na periferia da cidade para a implantação do Campus de Pesquisa do Museu Paraense. Desde então, todas as atividades científicas, laboratórios, coleções, biblioteca, arquivo, salas de pesquisadores, etc., foram progressivamente transferidos para a nova área, processo extremamente caro e complexo que finalizou somente em 2005, com a remoção das 15 mil peças da coleção etnográfica.

Em 1982, a Secretaria de Cultura do Pará tombou o conjunto arquitetônico e paisagístico do parque zoobotânico, após o qual ocorreu sua primeira grande reforma. Em seguida, movimentos sociais pressionaram o município a aprovar leis que limitassem o tráfego pesado no entorno e disciplinassem o uso do solo, com sucesso. Finalmente, em 14 de julho de 1993, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) publicou a Portaria No. 235, tombando o parque zoobotânico e o inscrevendo no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Inscrição 110, de 3/1/1994) e no Livro Histórico (Inscrição 536, de 3/1/1994).

As medidas administrativas tomadas desde então, construídas em negociação com órgãos fiscalizadores e com o auxílio de inúmeros consultores, têm como princípios a ampliação e regeneração da área verde; a remoção dos prédios construídos nas décadas de 1960 e 1970, que agrediram fortemente o conjunto paisagístico; a restauração e adequação dos prédios e monumentos históricos; a remodelação dos viveiros e abrigos para os animais; e a definição de um plantel adequado ao espaço, o que significou a redução do número de espécies e exemplares e a recusa de doações de animais. Contudo, muito pouco foi feito na década de 1990, com exceção do último item, o que gerou grave tensão com a sociedade local, expressa atualmente em reportagens e notas veiculadas na imprensa e em reclamações quase diárias direcionadas à Ouvidoria da instituição. Em geral, o público critica a falta de manutenção do parque e não aceita ou não entende os motivos pelos quais não encontra mais tantos animais em exibição.

O quadro começou a ser revertido em 2003, quando teve início, timidamente, a revitalização do parque. Nesse ano, o Pavilhão Domingos Soares Ferreira Penna, mais conhecido como Rocinha, construído em 1879 e considerado a mais importante edificação histórica do parque, começou a ser restaurado. A obra finalizou em 2005. No ano seguinte foi aberta, no seu interior, a nova exposição de longa duração, intitulada “Reencontros: Emílio Goeldi e o Museu Paraense”. Simultaneamente, o setor de museologia, apático há muitos anos, foi reativado. Atualmente o setor monta três exposições por ano, além de conceber a expografia de *stands* e feiras e de participar da revitalização do parque.

Em 2006, um programa de revitalização foi elaborado e ganhou a adesão de instituições públicas municipais, estaduais e federais, bem como de empresas privadas. Concebido a partir de estudos, consultorias, pesquisa de opinião e levantamento de dados junto à Ouvidoria, o programa consiste na modernização da infra-estrutura do parque, na restauração de seus prédios e monumentos, na construção de novos espaços expositivos, na adequação de ambientes e no manejo do uso público de suas instalações. Nesse sentido, uma preocupação central do programa é redefinir usos e funções desse espaço tendo em vista não apenas a infra-estrutura necessária ao seu adequado funcionamento, mas também as expectativas e demandas do público visitante.

Em virtude da história centenária do parque e da carga de memórias afetivas entranhadas nos seus recantos, uma das maiores dificuldades será, além das questões técnicas inerentes às obras de saneamento, manejo e paisagismo, a interface entre necessidades estruturais e demandas públicas, que tem se revelado um processo não pacífico. Por exemplo, na pesquisa de opinião realizada em 2007, em convênio com o Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM), 75% dos entrevistados afirmaram visitar o parque para ver animais. Por outro lado, 40% gostariam de ter visto mais animais. Uma parcela insignificante dos entrevistados identificou o parque como local para conhecer

a flora amazônica, como sítio histórico ou como espaço de exibição das coleções do Museu Paraense. 74% dos entrevistados não conheciam a exposição de longa duração.

Esses números demonstram a necessidade de reconstrução da relação entre público e parque zoobotânico, apontando para a diversificação das atrações a fim de compensar a provável frustração do público. Nesse momento, um novo projeto paisagístico e de comunicação visual (que celebre, sobretudo, o ambiente natural), a reforma e ampliação do Aquário, a modernização dos viveiros, a melhoria nos serviços educativos e a construção do Centro de Exposições Eduardo Galvão, do Centro de Visitantes, do complexo de serviços (loja, livraria, galeria e alimentação) e do Jardim de Aromas parecem corresponder a essa exigência, pois levam em consideração o potencial educativo do parque, a conservação do patrimônio histórico, a legislação ambiental do país e os hábitos culturais da população de Belém.

O parque zoobotânico deverá ser, nos próximos anos, cada vez mais identificado como um complexo educativo e de lazer, e não apenas como um zoológico. Investimentos serão necessários para preservar seus 200 mil visitantes anuais, ou melhor, para garantir a satisfação de seus visitantes, para ampliar a frequência das visitas e o acesso às coleções do Museu Paraense, e para reinventar uma tradição centenária, profundamente original no cenário museológico do país. ■

Referências

GOELDI, E. A. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, v. 2, n. 3, 1897, p. 257-287.

GOELDI, E. A. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, v. 3, n. 1, 1900, p. 1-53.

GOELDI, E. A. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, referente ao Anno de 1900. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, v. 3, n. 3/4 1902, p. 255-275.

SANJAD, N. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005. Tese de Doutorado, 2005.

SANJAD, N. A ‘simpatia do povo’ pelo Museu Paraense: raízes históricas. *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Rio de Janeiro, v. II, n. 2, 2006, p. 171-174.